

14º Seminário Nacional Sociologia & Política
Saberes em Confluência
GT 09 – Violência, Segurança Pública e Justiça Criminal

Milícias, poder local e sociabilidade: observação participante em um território
controlado

Jocenei Rosa¹

INTRODUÇÃO

Estudos acerca da atuação de grupos armados e seus impactos na dinâmica territorial são consolidados no contexto da cidade do Rio de Janeiro². Entretanto, mesmo que o recorte espacial deste projeto, fruto da dissertação em andamento, esteja inserido geográfico e historicamente em um bairro marcado pela presença desses, sua proposta não se limita a analisar os abusos cometidos, confrontos violentos ou disputas territoriais que, de maneira recorrente, ganham destaque na mídia. Tais práticas são abordadas como parte do contexto social nos quais moradores da região estão submetidos, de modo que esta é uma realidade posta. O teor reside em aspectos mais subjetivos, como estratégias de enfrentamento a situações abusivas, o modo de vida da população cercada por dinâmicas do grupo armado, e

¹ Mestrando em Ciências Sociais pelo PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), bolsista CAPES.

² Diversos grupos e linhas de pesquisa produzem relatórios, dissertações e teses no âmbito da violência urbana e segurança pública no Rio de Janeiro, dentre eles: Observatório Fluminense (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), GENI (Universidade Federal Fluminense), Cidades, BONDE e LAV-UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), dentre outros.

em especial, as análises primárias dos momentos em que a categoria nativa de tranquilidade sofre ruptura. Por ser morador-pesquisador na região de Santa Cruz, certifico que a vivência, em parte, está em consonância com os termos cotidianos de coerção defendidos por Rocha e Da Motta (2020, p.242) nos quais afirmam que para além das variações locais, morar em território de milícia significa que as “possibilidades de acesso a serviços que deveriam ser públicos — do transporte, habitação, segurança, gás, internet e televisão à cabo — serão necessariamente mediados por agentes privados”, sob ameaça de punições e retaliações severas para aqueles que se negarem. Relatos de interlocutores e observações de campo indicam que, mesmo em áreas que não correspondem às favelas locais, isto é, nos limites territoriais do próprio bairro, a rotina também pode estar regulada pelas noções de “*vida sob o cerco*” (MACHADO DA SILVA, 2008). Tal característica faz com que indivíduos vivenciem episódios violentos recorrentes, fazendo-os estar em estado de aflição, nos limites territoriais da região, de forma cerceada, coagida. Ademais, é crucial ressaltar que o *modus operandi*³ dos grupos dominantes em cada localidade apresenta dinâmicas próprias, as quais influenciam a vida cotidiana e a realidade dos moradores. Este aspecto é responsável por oferecer um campo de análise produtivo para cada bairro, favela ou região de forma distinta.

Embora tenha sido alvo de disputas entre facções, a prevalência atual em Santa Cruz é de domínio de milícias, que historicamente, como categoria, produções científicas definem-na formada em sua maioria por agentes prisionais, policiais, ex policiais e bombeiros, pertencentes a instituições de Estado e com treinamento militar, que possuíam a premissa inicial de proteção e segurança dos territórios que poderiam se tornar alvo de traficantes. Em momento anterior, expressões como “polícia mineira” ou “grupo de extermínio” eram utilizadas para denominar os grupos de atuação com práticas semelhantes (CANO e IOTTY, 2008; ZALUAR e CONCEIÇÃO, 2007; DUARTE, 2010).

Aproximação com a temática e estranhamento

A escolha por esta linha de pesquisa surge a partir da somatória de alguns fatores. Em primeiro momento, sou afetado, de forma indireta, desde a infância, por situações cotidianas que envolvem milícias na região. Este fato de antemão me permite o conhecimento tácito,

³ *modus operandi* diz respeito ao modo pelo qual um indivíduo ou organização desenvolve suas atividades ou opera. O termo é utilizado em discussões sobre comportamento criminoso de forma a categorizar e descrever as particularidades de uma facção ou uma milícia, em específico, ressaltando suas características próprias.

ligado à vivência local, à experiência e às percepções construídas no dia a dia. Todavia, a realidade não se limita a mim, mas se estende também aos familiares próximos. Alguns, comerciantes há 40 anos, eram coagidos a pagar “taxa de segurança”⁴ a um policial conhecido na região.

Quando começou isso em Santa Cruz? A gente tinha um bar ainda. Um policial da civil começou a oferecer segurança. O (XXX), que já morreu a mais de três anos. A gente pagava pouco, mas era toda semana. Depois de um tempo, começou a aparecer uns papéis no (FAVELA LOCAL), em forma de aviso, um prospecto, de que havia um grupo que daria segurança para as pessoas, eu lembro assim, lá na década de 80. O nome era segurança particular. Eles ficavam lá no bar, tinha o (XXX) e um parrudinho, ficavam andando nos comércios e na porta do bar. Armados porque eram policiais... Lembro uma vez que pegaram um moleque que roubou um ônibus, pegaram ele e levaram. (Interlocutora de 63 anos, moradora da região).

Enquanto outra, agora aposentada, costumava ouvir de seus alunos relatos acerca de parentes envolvidos no crime. Segundo ela, esses jovens tendem a relativizar situações de violência, bem como a convivência próxima com membros de facções. Ao ouvir seus relatos pela primeira vez, anos atrás, a narrativa me causou estranhamento. Ainda assim, desde então, já buscava compreender a realidade que os acompanhava.

Entre 2022 e 2023, vivi no município de São José do Barreiro (SP), atividade que representou o afastamento significativo de Santa Cruz. O tempo marcado por experiências pessoais e profissionais opostas às que costumava viver me proporcionou a incorporação de referências diversas à rotina. A mudança também resultou em um distanciamento dos noticiários do Rio de Janeiro, o que contribuiu para criar a suspensão temporária do vínculo com os acontecimentos locais. Todavia, a cada volta à cidade, percebia transformações significativas, dentre elas, o avanço exploratório das milícias por regiões do bairro. Nesse ínterim, por exemplo, construções se multiplicaram e redes de farmácia ampliaram a presença no território - empreendimentos ligados as novas práticas abusivas locais. Em outros termos, ao mesmo tempo em que permanecia em familiaridade com o espaço, a distância temporal e espacial favorecia a adoção de uma postura reflexiva e crítica, pois comecei a indagar a razão dessas mudanças, questionamento que outrora passava despercebido.

Após retornar à Santa Cruz de forma definitiva com intuito de ingressar no mestrado busquei temas de interesse, além de acompanhar o noticiário em busca de objeto, que, a meu

⁴ Taxa de segurança é uma contribuição obrigatória que garante a ordem e evita assaltos ou conflitos na localidade. A cobrança é sustentada pela coerção e pela ameaça de violência, pode ser feita semanal ou mensal, a depender do comércio e da localidade em que a prática é exercida. Quem se recusa a pagar pode ser expulso, agredido ou até assassinado.

ver, fosse urgente, próximo e de certo modo familiar, esta era uma condição pessoal. Nesse processo, me chamou atenção a cobertura midiática acerca da escalada da violência vinculada à atuação de grupos milicianos cuja presença ganhava ainda mais espaço. No período, uma reportagem especial do RJ2 exibiu resultados da pesquisa “Milícias, facções e Precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados”, desenvolvida pelo Cidades – Núcleo de Pesquisa Urbana da Uerj e financiada pela Fundação Heinrich Böll Brasil, na qual revelou a gravidade da violência e da extorsão praticada tanto por traficantes quanto por milicianos. Dentre os resultados revelados, o relatório mostrou que até pessoas em situação de rua eram obrigadas a pagar taxas para permanecer em determinadas áreas. Ainda conforme entrevista concedida pelas professoras/pesquisadoras Lia Rocha e Monique Carvalho, a época em que a reportagem foi exibida representava “uma das piores crises de segurança públicas já vividas no Rio, com a população das favelas entregue à própria sorte”.

Ao me deparar com sucessivos episódios envolvendo a Zona Oeste⁵ da cidade, atrelado novamente ao cotidiano vivido no bairro de Santa Cruz, que também ganhava destaque na mídia em temas que envolviam segurança pública e violência urbana, iniciei a busca por referências bibliográficas e dossiês de estudos já publicados a respeito da temática, fator que desencadeou diversas memórias das quais fui atravessado por experiências que envolviam o grupo armado e suas formas de dominação. Nesse sentido, identifiquei uma lacuna de análise: embora a problemática social fosse evidente e discutida tanto pela mídia quanto pela academia, havia uma carência de estudos para a região, apontada por especialistas como um dos principais redutos da milícia. Este foi um importante marco inicial.

Breve retrospecto histórico e episódios de ampla repercussão midiática

É impreterível compreender a estrutura urbana atual do Rio de Janeiro como um reflexo do processo de estratificação espacial que se desenvolveu ao longo dos anos. O núcleo metropolitano recebeu significativos investimentos estatais, enquanto os esforços para

⁵ A Zona Oeste abrange 40 bairros e representa cerca de 70% do território do município do Rio de Janeiro. Composta pela área de planejamento 4 (AP4), que engloba as regiões administrativas de Jacarepaguá, Cidade de Deus e Barra da Tijuca, e área de planejamento 5, (AP5), referente às regiões administrativas de Realengo, Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz (INSTITUTO PEREIRA PASSOS/PREFEITURA DO RIO).

melhorar a qualidade de vida das massas residentes nas periferias ficaram em segundo plano (ABREU, 1997). Essa disparidade tornou a Zona Oeste, em particular, um território marcado por arbitrariedades que moldam a rotina e a qualidade de vida dos habitantes da região, cerca de 2,6 milhões. O bairro em análise, no extremo da região, está localizado a cerca de 60 km do centro do Rio de Janeiro, abrange uma área territorial de 126,85 km² e população de 217.333 habitantes. Em termos de desenvolvimento social, ocupa a 124ª posição entre os 158 bairros analisados pelo Índice de Progresso Social do Instituto Pereira Passos (IPP), o qual avalia o desenvolvimento com base em três parâmetros: Necessidades humanas básicas, fundamentos do bem-estar e oportunidades. O dado evidencia um dos diversos fatores críticos da região, porém, sua latência predominante é caracterizada no âmbito da segurança pública, ou carência desta.

Compreender o panorama e a latência da situação no Rio de Janeiro é retornar a memória a alguns marcos históricos, como: O destaque midiático, em 2008, após jornalistas do “O Dia” serem sequestrados e torturados na favela do Batam, onde investigaram a atuação da milícia na região. Além disso, a instalação e os desdobramentos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI das milícias - Resolução no 433/2008 publicada no D.O. de 11.06.2008) presidida pelo então Deputado Estadual Marcelo Freixo, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), no mesmo ano. A partir desses (e outros) fatos, com os holofotes voltados à temática, formou-se uma força tarefa a fim de reprimir a atuação da milícia no Rio de Janeiro. Após condenações e prisões de diversos agentes públicos, resultado dos desdobramentos da Comissão, as milícias passaram a atuar de forma diferente, se expandindo principalmente para a Zona Oeste da cidade, agindo com menos ostensividade, discreta e longe dos holofotes, no “sapatinho” (CANO e DUARTE, 2012). Também em 2008 foi iniciado o Projeto de Pacificação (UPP)⁶ tendo como cenário a latente violência urbana no Rio de Janeiro. Após a implementação e extinção do mesmo, os efeitos sociais dos atos recaíram para as populações mais pobres (ZALUAR e CONCEIÇÃO; 2007). Como legado

⁶ Em artigo para o WikiFavekas com o título “*UPP: a falência de um programa para mudar a polícia*”, Silvia Ramos argumenta que os objetivos principais do programa eram: i) recuperar, por parte do Estado, territórios dominados por grupos criminosos e ii) o fim dos confrontos armados. Dentre aspectos fundamentais constavam: Manter uma tropa fixa, inspirada na estratégia de policiamento comunitário, ou policiamento de proximidade, em territórios de favelas anteriormente dominado por grupos armados; aplicar a lógica de policiamento de saturação, em que a razão do número de policiais pelo número de moradores era, em média, quatro vezes maior do que a proporção da cidade do Rio de Janeiro; Assegurar a presença física em campo de um oficial comandando a tropa com autonomia e que também servisse de ponto de contato com a população; compor a tropa com policiais predominantemente recém-formados e não viciados em práticas antigas da PM nas favelas; valorizar o policial de UPP por meio de pagamento de gratificação; incentivar forte apoio de mídia nos primeiros anos, insistindo na ideia de que se tratava de um programa de governo e não apenas de um programa de polícia

houve a “intensificação da vigilância e do controle nas favelas e o reforço do discurso que legitima violências e arbitrariedades ocorridas nesses territórios” (MACHADO e MENEZES, 2019, p.543). Por fim, o projeto contribuiu na configuração, reestruturação e expansão desses grupos (ROCHA; MOTTA, 2020).

Hoje, as milícias não apenas mantêm o controle militar sobre extensas áreas, mas também impõem um verdadeiro sistema de monopólios sobre serviços essenciais, como gás, transporte alternativo, internet e segurança privada, cobrando taxas compulsórias e punindo quem se recusa a pagar. O que começou como uma suposta autodefesa comunitária tornou-se um projeto de poder que combina coerção, lucro e influência política. Compreender esse avanço exige observar tanto as dinâmicas locais de surgimento, de modo que cada região possui características próprias, quanto às estruturas históricas e institucionais que possibilitaram sua expansão. O diálogo entre essas duas dimensões, a experiência vivida e a análise sociológica, permite vislumbrar como a promessa de segurança se converteu em um regime de medo e exploração, sustentado por redes que atravessam o Estado, a economia e a vida cotidiana. Nesse sentido, no campo da ciência política, Lins e Machado (2023) vão defender a idéia de que a natureza das milícias “é essencialmente política e envolve disputas políticas com instituições do Estado (as polícias, outros órgãos reguladores estatais e políticos) pela legitimidade no campo da segurança pública e na gestão da(s) cidade(s)”. Os autores argumentam que a atuação caminha entre os métodos dos movimentos sociais, dos partidos políticos e dos grupos de interesse, pois fazem trabalho comunitário e de enfrentamento nos territórios, ao negociar com as instituições estatais nas esferas deliberativas; e inclusive ao participar das eleições. O crescimento desses grupos evidencia, ao mesmo tempo, a fragilidade das políticas públicas de segurança e a complexa teia de interesses que sustenta sua permanência.

Em consonância com os autores, Duarte (2019) ressalta que milícias seriam produtos da própria ação estatal, não fruto de sua ausência, como já foi difundido anteriormente. O principal motivo dessa afirmação tem por base Telles (2013), inspirada nas reflexões de Das e Poole (2008), de modo que as milícias não surgem da ausência do Estado, mas de suas margens, isto é, dos espaços onde as fronteiras entre o legal e o ilegal, o público e o privado, são continuamente negociadas. Nessas margens, o Estado não desaparece; ele se reconfigura por meio da violência, da autoridade e da corrupção, permitindo que diferentes grupos assumam funções regulatórias, econômicas e políticas. Assim, as milícias são expressões da presença difusa e contraditória do Estado, não de sua inexistência.

Destaque midiático para Santa Cruz

De mesmo modo, crucial destacar que a conjuntura atual de dominação das milícias presente na região de Santa Cruz demanda uma análise ampla, ao considerar a interseção de diversos fatores, como: sua inserção no contexto da Zona Oeste além de incidentes recorrentes, dos quais, alguns ganharam notoriedade midiática, conforme breve resumo a título de exemplificação. i) A condenação⁷, em 2010, de um deputado estadual influente da região em razão dos desdobramentos do processo em que era acusado de integrar uma milícia local; ii) O caso dos 159 presos⁸ em operação policial na suposta festa da milícia; iii) O último confronto entre milicianos e o Comando Vermelho na favela do Antares⁹, principal reduto da facção à época; iv) O subsequente episódio de ocupação da milícia na favela do Rola, caracterizado por diversos agentes da PM, lotados no 27º Batalhão de Santa Cruz, flagrados interrompendo o tráfego em um dos principais corredores viários da localidade com o intuito de assegurar a livre mobilidade dos milicianos¹⁰; v) A morte do Ecko, em 2021¹¹, mencionado em momento anterior como um dos principais responsáveis pela dominação da milícia na Zona Oeste, que desencadeou em confrontos entre os milicianos Alan Ribeiro Soares (Nanan) e Luís Antônio da Silva Braga (Zinho)¹² na região. As recorrentes festas organizadas por integrantes de milícias em diversas áreas da região. E, por fim, a parlamentar alvo de operação da Polícia Federal afastada do cargo, apontada como “madrinha” da milícia na cidade¹³.

Esses episódios, porém, não devem ser interpretados como eventos isolados ou excepcionalidades pontuais, quando se tornam mais recorrentes e produzem alterações significativas na rotina cotidiana, configuram aquilo que Carvalho e Da Motta (2024, p.16)

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/09/jorge-babu-e-condenado-7-anos-de-prisao-em-mais-um-processo-no-rio.html>. Acessado em: 18/05/2026

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/07/um-ano-depois-de-festa-da-milicia-com-150-detidos-em-santa-cruz-ninguem-esta-presos.ghml>. Acessado em: 18/05/2026

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/08/tiroteio-entre-milicianos-assusta-moradores-de-santa-cruz.ghml>. Acessado em: 18/05/2026

¹⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/com-milicia-em-expansao-confrontos-policiais-no-rio-miram-trafico-e-somam-so-3-em-areas-de-milicianos/#page8>. Acessado em: 18/05/2026

¹¹ Na presente data, era considerado o criminoso mais procurado do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/12/policia-civil-captura-miliciano-ecko.ghml>. Acessado em: 18/05/2026

¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/08/tiroteio-entre-milicianos-assusta-moradores-de-santa-cruz.ghml>. Acessado em: 18/05/2026

¹³ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pf-indicia-deputada-lucinha-apontada-como-madrinha-da-milicia-no-rio/>. Acessado em: 18/05/2026

definem como “cerco pelo terror”, uma condição em que “os moradores são forçados a desenvolverem um repertório de mecanismos antecipatórios para se adiantarem a situações de irrupção da violência, garantindo a manutenção da sua integridade física e mitigando riscos”. Tal conceito ajuda a compreender como o medo, o cálculo e a antecipação podem se tornam dimensões constitutivas da vida local, regulando práticas que vão desde a circulação diária até como as pessoas se relacionam e ocupam o território.

Ainda assim, paradoxalmente, Santa Cruz é descrita pelos próprios moradores como uma região tranquila. Esse contraste entre episódios de violência e a percepção local não deve ser lido como uma contradição, mas como um elemento estrutural da forma de dominação exercida pelas milícias na região. Trata-se de uma tranquilidade produzida não pela ausência de coerção, mas por sua presença normatizada. Esse arranjo talvez permita compreender, por exemplo, por que, mesmo diante de episódios graves e amplamente divulgados, muitos moradores mantêm a sensação de que “aqui é tranquilo”. Ou seja, tal percepção não reflete desconhecimento ou negação da presença das milícias, mas uma leitura situada sobre o que significa viver em territórios marcados por domínio desses grupos.

De forma geral, a dissertação em andamento busca analisar a região de Santa Cruz diante da presença e das formas de dominação exercidas pelas milícias, bem como os mecanismos pelos quais esse regime de controle é naturalizado no território. Quanto ao recorte deste trabalho, a questão que guiará é a seguinte: Quando esse momento de tranquilidade sofre ruptura na percepção de agentes locais? Para isso, a análise será feita por base em dados iniciais obtidos da página @santacruznewsocialrj.

DESENVOLVIMENTO

Quanto a caracterização local, é possível afirmar que há um comércio abrangente ao centro, constituído em grande parte por lojas tradicionais e grande concentração de camelôs espalhados pelas calçadas. Essa área central se desenvolveu em torno da estação terminal ferroviária. A presença da estação de BRT, conectando o bairro a outras regiões da cidade potencializa o fluxo de pessoas, onde se percebem diversos conflitos entre os modais presentes, bem como espaços públicos degradados.

Outro fato característico da vivência local diz respeito ao período da noite, no qual é comum que moradores ocupem as ruas (muitas delas), seja sentado em cadeiras, no portão, em rodas de conversa, ocupando praças e espaços públicos, fazendo refeições em quiosques e

“barraquinhas” que oferecem diversas opções gastronômicas, ou ainda praticando atividades físicas ao ar livre. Apesar de poucas opções de lazer, os bares representam uma opção de sociabilidade e abrangem grande parcela populacional, principalmente dos jovens residentes, que buscam alguma alternativa local. O shopping da região também se torna um atrativo, o qual reúne um fluxo considerável de pessoas na praça de alimentação, à noite, de forma majoritária nos finais de semana, pois conta com apresentações ao vivo e atividades culturais.

Dado o breve contexto inicial, a região é típica do subúrbio/periferia carioca, tendo por definição o entendimento do termo subúrbio historicamente associado aos bairros atravessados pelas linhas férreas da Central do Brasil. Nesse contexto, também se consolidou uma representação social do “subúrbio carioca” como lugar de sociabilidade popular. Outrora, sem entrar no mérito das discussões, também pode ser caracterizado no registro da periferia: geograficamente distante (da área central), alvo de precariedades urbanísticas e políticas públicas insuficientes.

Tendo por base conversas preliminares com interlocutores que anteriormente residiam no local, é possível perceber que as condições socioespaciais do bairro representam um fator decisivo de insatisfação e, conseqüentemente, de deslocamento residencial. Cabe mencionar o recorte escolaridade/renda, de modo que ambos possuem formação superior. A experiência cotidiana marcada por limitações na infraestrutura, oportunidades e qualidade de vida são apontadas como um elemento que impacta de forma negativa a rotina dos moradores e influencia esse desejo de mudança. Uma das interlocutoras, uma mulher de 30 anos, relatou que “há uma superpopulação, pouca segurança em alguns pontos, além da distância do bairro de áreas de lazer. O transporte público é sempre lotado, há uma distância do bairro de boas escolas, universidades e empresas. Foi o que me fez sair”. Este recorte de depoimento revela não apenas o sentimento de insegurança, mas também a percepção de isolamento urbano e carência de equipamentos públicos e privados de qualidade, aspectos que reforçam a desigualdade de acesso a bens e serviços na região.

De modo semelhante, outro interlocutor, homem de 30 anos, destacou razões econômicas para sua saída da região, afirmando que saiu “por melhores oportunidades de emprego”. O depoimento também evidencia a relação entre as limitações estruturais de Santa Cruz, fator responsável por processos migratórios em direção a áreas consideradas mais promissoras, tanto dentro quanto fora do Rio de Janeiro.

Milícia no cotidiano local: mobilidade, regulação e poder político normatizado

Por estar inserido na realidade local, é possível afirmar as dinâmicas que estruturam o cotidiano. Como mencionado em momento anterior, parcela significativa da população realiza deslocamentos pendulares diários em direção às áreas centrais da cidade, e, apesar das tentativas de melhorias infraestruturais, o transporte coletivo configura-se como um dos principais pontos críticos do território.

A insuficiência, irregularidade e precariedade dos serviços formais abrem espaço para a expansão do transporte alternativo, vans e kombis, que desempenham papel central na mobilidade cotidiana, sobretudo em trajetos de curta e média distância. No entanto, esse sistema opera, em grande medida, sob influência de grupos milicianos que controlam rotas, definem regras de funcionamento e impõem cobranças aos trabalhadores do setor. Uma reportagem do RJTV, exibida em 2018, revelou que todas as vans que circulavam pela Zona Oeste do Rio de Janeiro estavam submetidas ao pagamento de taxas mensais a milicianos, variando entre R\$ 350 e R\$ 850¹⁴, segundo levantamento do Ministério Público. À época, estimava-se que apenas nos bairros de Campo Grande e Santa Cruz esse sistema movimentava cerca de R\$ 27 milhões por mês. Esses dados evidenciam não apenas a capilaridade da atuação miliciano, mas também sua inserção estruturada em circuitos econômicos locais, de forma que a ausência de fiscalização efetiva contribui para a consolidação desse arranjo. O transporte alternativo passa a operar de forma desordenada, com veículos frequentemente superlotados, irregularidades administrativas e imposição de regras por parte dos próprios motoristas e operadores. Nesse contexto, coexistem, lado a lado, terminais oficiais e estruturas informais, enquanto rotas anteriormente operada por ônibus passam a ser dominadas por vans.

São recorrentes situações em que itinerários são alterados durante o trajeto, passageiros são transferidos entre veículos sem explicação prévia, ou ainda, viagens são interrompidas em função de operações policiais. Diante do risco de fiscalização ou apreensão, os motoristas adotam estratégias que incluem aumento de velocidade, desvios de rota e reorganização improvisada dos trajetos, produzindo um ambiente marcado por incerteza e instabilidade. Em 2021, novas investigações indicaram o aprofundamento dessas dinâmicas. Reportagem do RJ2 revelou que o controle do transporte alternativo permanece amplamente

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/milicia-lucra-r-27-milhoes-por-mes-com-taxas-cobradas-de-vans-no-rio-diz-mp.ghtml> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/24/raio-x-das-vans-no-rio-rj2.ghtml>. Acessado em: 21/04/2026

nas mãos de milicianos e, em alguns casos, também de traficantes, com cobranças semanais que podem ultrapassar R\$ 1.300. O não pagamento dessas taxas pode resultar em sanções severas, incluindo ameaças, apreensão de veículos, incêndios criminosos e até homicídios. Além disso, foram identificadas práticas como aluguel ilegal de máquinas de bilhetagem, com cobrança de “luvas” e taxas semanais, bem como o descumprimento de direitos legais, como a gratuidade para idosos. Embora não seja possível estimar com precisão os valores praticados em 2026, a observação direta permite identificar, em pontos fixos do bairro, a realização de pagamentos por parte dos motoristas a milicianos, em dinheiro vivo, durante os trajetos, à luz do dia, evidenciando o caráter público e naturalizado dessas práticas. Esse conjunto de elementos revela que o transporte alternativo não pode ser compreendido apenas como atividade econômica informal, mas como parte de um sistema mais amplo de regulação territorial. Essa lógica encontra correspondência no campo político.

No contexto local, observa-se a presença de agentes políticos que, mesmo após envolvimento em investigações relacionadas a milícias, mantêm significativa circulação e influência no território. No primeiro caso, investigações da Polícia Federal apontaram a deputada como possível articuladora política de um grupo miliciano atuante na região, sendo descrita como “madrinha” da organização. Já no segundo, um parlamentar foi condenado por crimes como formação de quadrilha. Apesar desses antecedentes, ambos são inseridos na vida política local. Fato notório é que a convivência comunitária é capaz de compreender que ambos, simbólicos na localidade, possuem forte ligação com moradores, de forma que concedem empregos em cargos comissionados, organizam festas e eventos locais, além de circularem frequentemente pela região. Nesse âmbito, Palmeira (2010, p.29), define o tempo de política como o momento no qual “as facções políticas, que, no dia a dia, se dissolvem em múltiplas redes de relações pessoais, mostram-se por inteiro e, por assim dizer, ganham existência aos olhos dos membros daquela sociedade”. É possível afirmar que na região, este tempo de política corre diferente, de forma que os políticos locais citados, constantemente estão agindo para buscar algum tipo de retorno desta população que os elegem, ou seja, sempre estão sob os olhos dos membros da sociedade. Essa dinâmica social e política da região de Santa Cruz revelam um quadro complexo de produção de precariedades, domínio territorial e práticas políticas clientelistas que, em conjunto, ajudam a compreender por que parte significativa dos moradores aceita, ou, se adapta às condições impostas por esses atores.

A articulação entre transporte clandestino e atuação política permite evidenciar um modelo de governança híbrida, no qual agentes formais e informais compartilham funções de

regulação do território. A população, por sua vez, não se posiciona necessariamente em termos de adesão ou rejeição, mas desenvolve estratégias de adaptação a esse arranjo. No campo da mobilidade, a dependência do transporte alternativo revela como a ilegalidade pode ser incorporada como solução funcional diante da ausência ou ineficiência do Estado. Muitos moradores não percebem essas práticas como desvios, mas como a única alternativa viável para garantir o deslocamento cotidiano. Essa naturalização é reforçada pelo caráter ambíguo da presença miliciana, que, ao mesmo tempo em que impõe coerção e exploração, também organiza fluxos e produz uma sensação relativa de ordem. De forma análoga, no campo político, a permanência de agentes envolvidos em práticas ilícitas não impede sua aceitação social, uma vez que suas ações concretas, ainda que pontuais, respondem a demandas imediatas da população. Assim, estabelece-se uma lógica de reciprocidade, na qual o apoio político se baseia menos em programas ou propostas estruturais e mais na capacidade de intervenção direta na vida cotidiana. Dessa maneira, a aceitação, ou, mais precisamente, a adaptação dos moradores às condições impostas por milícias e agentes políticos não deve ser interpretada como conivência, mas como resultado de um contexto no qual funcionalidade, dependência e coerção se entrelaçam. Trata-se de um arranjo social no qual a garantia mínima da vida cotidiana se sobrepõe à contestação de um sistema que, embora violenta e desigual, oferece respostas concretas às necessidades mais imediatas.

Primeiras análises e hipóteses da ruptura da tranquilidade

Uma via privilegiada de acesso às dinâmicas locais tem sido o monitoramento de redes sociais que operam como portais de notícia¹⁵, configurando formas de jornalismo comunitário nas quais se entrelaçam informação, denúncia e sociabilidade. Nesses espaços, circulam conteúdos ordinários, como comércio, promoções e eventos festivos, ao lado de relatos recorrentes de ocorrências criminais. Tais publicações produzem alto engajamento e são

¹⁵O acompanhamento sistemático da página integra o capítulo em construção intitulado *Páginas de news como fonte do cotidiano local*. Até o momento, o material empírico tem permitido identificar formas nativas de nomeação do grupo, frequentemente referido como “os caras” ou “os gansos”, além de revelar indícios sobre suas práticas, como a exploração de atividades comerciais dentre outras situações. A página realiza, em média, sete publicações diárias. As análises se iniciaram neste ano e se baseiam em monitoramento contínuo, com atenção especial a postagens que envolvem situações de violência na região.

acompanhadas por comentários que, simultaneamente, expressam demandas por soluções para problemas cotidianos e formulam críticas aos agentes que exercem o controle territorial armado. O recorte analítico aqui proposto privilegia situações nas quais a categoria nativa de “tranquilidade” é tensionada, como na publicação intitulada “Onda de assaltos em Santa Cruz – Hoje, em plena luz do dia”.

Figura 1: Onda de assaltos em Santa Cruz

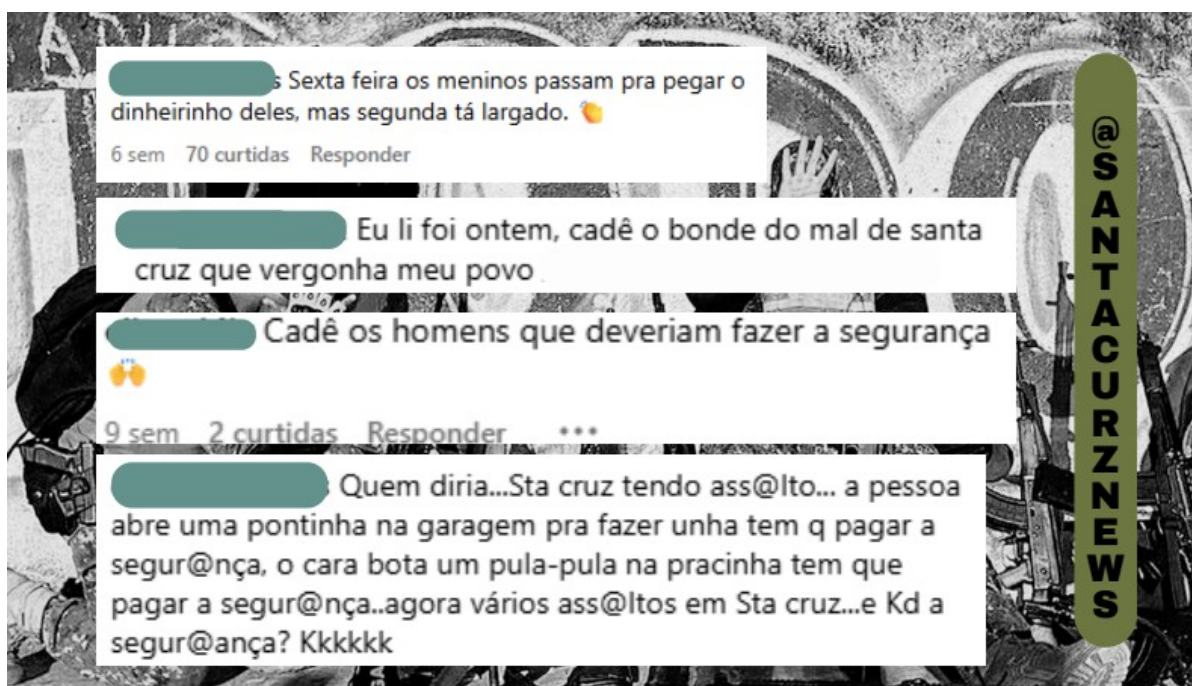


Fonte: Montagem produzida pelo autor com base nos post do @santacruznewsocialrj/@santacruznews

A publicação acima combina aviso e denúncia por meio de um repertório relativamente estabilizado, que inclui a identificação do modo de ação, (uso de motocicletas), delimitação temporal precisa e a dispersão espacial das ocorrências. Em alguns casos, os registros visuais são gravados em maior proximidade, de modo que é possível expor rostos e até nomes dos envolvidos nos crimes, o que intensifica a dimensão pública da acusação e reforça circuitos locais de vigilância. Nesse ponto, importa menos a veracidade factual de cada ocorrência do que os efeitos produzidos por sua circulação.

Ao focalizar nos episódios de assaltos em maior escala ou indícios de incursões de grupos rivais no território, torna-se possível apreender, nos comentários, uma gramática específica, marcada pela crítica à ausência ou falha de uma ordem que, no imaginário local, deveria ser assegurada pelo grupo dominante. Esse deslocamento sugere que a “tranquilidade” não se define pela ausência de violência, mas pela expectativa de sua regulação.

Figura 2: Comentários



Fonte: Montagem produzida pelo autor com base nos post do @santacruznewsocialrj/santacruznews

Nesse enquadramento, a tranquilidade parece indissociável da presença de grupos armados, concebidos como instâncias capazes de produzir ordem e regular conflitos. Trata-se, portanto, de uma forma de estabilidade que não elimina a violência, mas a organiza, convertendo-a em mecanismo de governo do cotidiano. Os comentários nos quais moradores cobram a atuação das milícias para conter crimes, conflitos ou situações de “desordem” tendem a tornar visíveis fissuras nessa configuração. Se a intervenção precisa ser reiteradamente demandada, isso indica que a tranquilidade não constitui um estado contínuo, mas um efeito precário, dependente de intervenções situadas e reiteradas. Em outros termos, trata-se de uma ordem permanentemente em produção. Essa aparente ruptura pode ser interpretada em diferentes níveis, conforme percepções iniciais.

Em primeiro lugar, evidencia o caráter processual da “tranquilidade”, que se sustenta na capacidade, nunca plenamente garantida, de regulação exercida por esses grupos. Em segundo lugar, ao explicitarem falhas, ameaças ou momentos de descontrole, os moradores tornam visível a instabilidade dessa ordem, revelando o que pode ser “limites operacionais”. Por fim, tais enunciados não devem ser lidos como expressão de adesão normativa, mas como indícios de uma relação instrumental, na qual a milícia é acionada como instância pragmática de mediação e resolução de problemas. Desse modo, as reações aos eventos analisados tensionam a própria categoria de “tranquilidade”. Longe de remeter a uma ordem consolidada,

elas apontam para seu caráter contingente e negociado, dependente de práticas contínuas de regulação. Ao evidenciarem momentos de falha ou ausência de controle, os moradores não apenas expõem a fragilidade dessa estabilidade, como também participam ativamente de sua reprodução, ao demandar intervenções que reinscrevem a centralidade desses grupos na gestão da vida cotidiana. Nesse arranjo, a violência não é eliminada, mas administrada segundo formas específicas de governo, nas quais a demanda por ordem se converte em elemento constitutivo da própria dinâmica de dominação territorial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **No sapatinho**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CANO, Ignacio; IOOTY, Carolina. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas milícias no Rio de Janeiro. In: CANO, Ignacio (org.). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 48–83.

DE MATTOS ROCHA, Lia; BAZONI DA MOTTA, Jonathan Willian. Entre luzes e sombras: o Rio de Janeiro dos megaeventos e a militarização da vida na cidade. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2020.

DUARTE, Thais. Facções criminais e milícias: aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. **BIB**, São Paulo, n. 90, p. 1–16, 2019.

LINS, Igor; MACHADO, Carlos. O crime é político: elementos teóricos para uma análise neoinstitucionalista das milícias no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira De Ciência Política**, (42), e271780.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; FAPERJ, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; MENEZES, Palloma Valle. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 529–551, dez. 2019.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89–101, 2007.